

INTRODUÇÃO

Há muito os economistas preocupados com os problemas do desenvolvimento afirmam que a teoria econômica dos países capitalistas centrais não se ajusta aos países subdesenvolvidos. Depois que Joan Robinson escreveu um pequeno ensaio sobre *A Segunda Crise da Teoria Econômica* (1972), ficou definitivamente patente que também para os países centrais a teoria econômica keynesiana e, com mais razão de ser, a teoria neoclássica haviam deixado de ser operacionais para explicar e intervir sobre a realidade econômica contemporânea.

Várias razões contribuem para este fato. A Economia Política é uma ciência social que tem por objeto uma realidade histórica em processo de transformação contínua. É inimaginável, portanto, pensar que aquilo que os clássicos escreveram no fim do século XVIII e início do século XIX, ou o que os neoclássicos escreveram na segunda metade do século XIX e o que Keynes escreveu na primeira metade deste século seja aplicável à economia da segunda metade do século XX. Isto se torna especialmente inviável na medida em que os neoclássicos e os keynesianos adotaram uma abordagem a-histórica, imaginaram ter alcançado uma ciência pura, universal e neutra, a ponto de mudarem o nome da ciência de Economia Política para Economia, para salientar o caráter científico e apolítico da mesma. Ora, à medida que generalizavam e anulavam a inserção histórica da Economia Política, suas teorias, ao invés de ganharem universalidade, realmente perderam qualquer possibilidade de resistência ao tempo.

Já Marx, que escreveu um pouco antes e concomitantemente com os neoclássicos, foi capaz de dar à sua teoria uma durabilidade muito maior, na medida em que a mantinha estritamente histórica, à medida que a localizava no tempo e analisava as tendências de modificação. Mesmo assim, cem anos depois, apesar de sua imensa contribuição para a compreensão do sistema capitalista, a teoria marxista não permite mais qualquer tipo de ortodoxia. O mundo rodou muito depressa para ficar plenamente contido nas teorias do passado.

Nestes cem anos fatos novos ocorreram, alguns dos quais Marx já previa, mas que foram suficientemente importantes para exigir uma reformulação da Economia Política. Englobando nesta análise os países centrais e periféricos, com ênfase nos primeiros, quatro fatos novos modificaram o panorama econômico. Em primeiro lugar, aceleraram-se os processos de concentração e centralização do capital, com a formação de conglomerados ou de oligopólios cartelizados em âmbito internacional. Em segundo lugar, os sindicatos aumentaram em muito seu poder de barganha nos países centrais. Em terceiro lugar, surgiu uma nova classe de tecnoburocratas, que passou a se apropriar do excedente de forma específica através de ordenados. Esta nova classe é com freqüência denominada impropriamente como “nova classe média”, “nova pequena burguesia”. Expressões mais adequadas são tecnocracia e principalmente burocracia, embora pessoalmente preferamos chamá-la de tecnoburocracia, para salientar seu aspecto burocrático e ao mesmo tempo distingui-la do estamento meramente assessor que foi a burocracia estatal durante todo o período do absolutismo mercantilista e do capitalismo clássico. Em quarto lugar, temos um outro fato novo da mais alta importância: a formação de Estados Tecnoburocrático-capitalistas extremamente poderosos, manipulando uma grande quantidade de informações, dotados de meios de comunicação antes insuspeitados, equipados com um corpo de tecnoburocratas treinados, intervindo e responsabilizando-se diretamente por amplas áreas do setor produtivo da economia e capazes, ainda que com acertos e desacertos, de intervir e planejar as respectivas economias nacionais.

Estes fatos novos, dos quais apenas os dois primeiros haviam sido previstos por Marx, introduziram modificações profundas no sistema capitalista. O sistema de preços perdeu obviamente grande parte do seu papel de regulador do sistema econômico. Os grandes oligopólios passaram a administrar preços e a manipular consumidores, conforme Galbraith demonstrou tão cabalmente (1967). As empresas oligopolistas ganharam inicialmente dimensão nacional, adotaram um tipo de organização multidivisional e, em seguida, ganharam caráter multinacional, na medida em

que instalavam unidades fabris por todo o mundo. Os sindicatos, por sua vez, continuaram a se organizar em forma cada vez mais burocrática. Com isto, ao mesmo tempo em que o sistema sindical se fechava para os trabalhadores marginais e estrangeiros, os trabalhadores sindicalizados ganhavam imenso poder, tornando-se capazes de administrar o preço de seus salários da mesma forma que as empresas oligopolistas são capazes de administrar os preços de suas mercadorias. E esse poder passava a ser exercido por ambos os lados mesmo quando afrouxava a procura agregada e a economia entrava em recessão. Com isso tivemos o novo fenômeno, logo batizado de estagninflação. Sindicatos e empresas podiam estar funcionando como poderes compensatórios, na expressão de Galbraith, na luta pelo excedente econômico, mas do ponto de vista do mercado e do mecanismo de preços em que estava baseada a teoria econômica essa dupla ação não era compensatória. Pelo contrário, reforçava a perda de importância do sistema de preços para controlar a economia.

Manifestações de um Novo Modo de Produção

A emergência de uma nova classe social, a tecnoburocracia, a partir da definição de novas relações de produção e do surgimento, dentro de formações sociais predominantemente capitalistas, de traços do modo tecnoburocrático de produção, implicavam também na necessidade de uma ampla reformulação da Economia Política. A fim de evitarmos a discussão sobre se a tecnoburocracia já é uma nova classe ou um simples estamento, e mais ainda para escaparmos à discussão sobre o caráter assessor ou associado da tecnoburocracia em relação ao capitalismo, adotamos a estratégia de comparar o modo de produção capitalista, em sua forma aproximadamente pura, presente na Inglaterra do século XIX, com o tecnoburocratismo, em sua forma também aproximadamente pura, presente na União Soviética de hoje, depois do desvirtuamento de uma revolução socialista. Pudemos ver então que, enquanto o capitalismo caracteriza-se pela separação dos meios de produção dos trabalhadores e sua apropriação privada pela burguesia, chamando-se a essa relação de produção de capital, no tecnoburocratismo a propriedade dos meios de produção é estatal ou tecnoburocrática. Qualquer uma das expressões indica a mesma relação de produção. Os tecnoburocratas controlam ou têm a propriedade da organização burocrática estatal de forma coletiva, e o Estado, por sua vez, tem a propriedade dos instrumentos de produção. Podemos, por isso, chamar também a esse modo de produção de modo estatal de produção. A organização burocrática e mais especificamente o Es-

tado, quando o capitalismo é eliminado do sistema, como aconteceu na União Soviética, serve de intermediário entre os tecnoburocratas e os instrumentos de produção. Enquanto os capitalistas se apropriam do excedente econômico através da mais-valia, obtida no mercado através da troca de valores correspondentes, considerando o trabalho uma mera mercadoria, no modo tecnoburocrático ou estatal de produção os tecnoburocratas se apropriam do excedente administrativamente, na medida em que determinam seus próprios ordenados. Finalmente, enquanto no capitalismo ocorria a generalização da mercadoria, sendo todos os bens e serviços transacionados no mercado pelo seu valor de troca, ou seja, pela quantidade de trabalho socialmente necessária incorporada ao bem, no tecnoburocratismo o preço dos bens e dos salários são também determinados administrativamente. Nestes termos, o mercado dá lugar ao planejamento como forma de coordenação da economia.

Nos países capitalistas centrais e nos países periféricos do subdesenvolvimento industrializado estamos longe de ter alcançado esse grau de tecnoburocratização. Suas formações sociais continuam predominantemente capitalistas, mas traços do novo modo de produção estão presentes e se manifestam em toda parte. As organizações burocráticas crescem e se multiplicam, uma classe tecnoburocrática ganha massa crítica, adquire poder crescente, e se associa aos capitalistas. O Estado cresce de maneira extraordinária, e serve, mais do que as organizações burocráticas privadas, de ponta de lança da penetração e dominação tecnoburocrática.

Neste trabalho pretendo voltar a discutir os conceitos de tecnoburocracia e de modo de produção estatal ou tecnoburocrático, como instrumentos para análise de uma formação social ainda predominantemente capitalista, vigente nos países periféricos caracterizados pelo subdesenvolvimento industrializado. Devo, entretanto, fazer uma ressalva. A emergência da tecnoburocracia — ou burocracia, ou tecnocracia, ou tecnoestrutura, ou revolução dos gerentes, ou a profissionalização das empresas, ou o despontar de uma sociedade pós-industrial, não importa o nome que se dê ao fenômeno — tem sido utilizada por muitos analistas como uma forma de legitimar o sistema capitalista monopolista de Estado, vigente nos países industrializados. Excetuados alguns autores, como Galbraith ou Touraine, a maioria deles usa dessas teorias para expressar uma ideologia tecnoburocrático-capitalista que sugere a paulatina transformação do capitalismo em uma espécie de meritocracia, em que os mais capazes e não os mais ricos, em um mundo de igualdade de oportunidade, alcançam as posições de maior prestígio e poder. Esta é a ideologia típica do capitalismo das grandes organizações burocráticas públicas e privadas, que

têm em Adolf Berle e Peter Drucker dois de seus mais representativos ideólogos. Uma outra posição, aparentemente oposta, é a dos que criticam os tecnoburocratas e as grandes organizações burocráticas, seja em nome de um capitalismo competitivo e liberal, típico do século passado, seja em nome de um utopismo reformista qualquer, na linha de Ivan Ilitch. Em ambos os casos, porém, a luta de classes é sistematicamente ignorada. Em seu lugar surge o conflito entre Estado burocrático e sociedade civil, ou então entre grandes empresas burocráticas e consumidores, dependendo das características mais liberais ou mais utópicas do analista. Em qualquer hipótese, tanto os arautos da revolução dos gerentes, quanto os seus denunciadores capitalistas ou utópicos, têm em comum o reconhecimento de que o capitalismo está sendo substituído por um novo sistema. Os primeiros vêem o fenômeno com alegria, os dois últimos com preocupação, mas os três grupos somam-se no processo de, através desta colocação, minimizar os conflitos reais de classe existentes no capitalismo moderno. Provavelmente a necessidade de distinguir-se de tão incômodos parceiros tem levado os socialistas a negar a realidade de um fenômeno que precisa ser analisado e denunciado nos quadros da evolução histórica do capitalismo. Ao invés da negação, porém, que imobiliza a história, tornando vazias e sem sentido as análises do desenvolvimento atual das forças produtivas e das relações de produção, pretendo afirmar criticamente o fenômeno da emergência de uma classe e de um modo de produção tecnoburocráticos, e usar os conceitos daí derivados para examinar, de acordo com o método histórico, a economia, os sistemas de classes e as ideologias políticas do mundo atual, dividido em classes dominantes e dominadas, em países centrais e periféricos ou dependentes. Só é possível construir o socialismo a partir da análise realista da história, e esta análise hoje exige, mais do que nunca, que reconheçamos não apenas o capitalismo como o grande adversário do socialismo, mas também o estatismo como a sua grande ameaça. Ainda que o controle do Estado seja essencial para a implantação do socialismo, o desvio tecnoburocrático é uma alternativa ou uma ameaça que não pode nem deve ser ignorada em nenhum momento.

As Bases Teóricas

Para fazer frente a estas novas realidades uma reformulação da Economia Política se faz necessária. Celso Furtado publicou um novo livro, *Prefácio à Nova Economia Política* (1976), no qual procura estabelecer os parâmetros dessa reformulação e em seguida faz um convite aos

economistas e cientistas sociais para que contribuam para esse trabalho. Embora este livro já estivesse virtualmente pronto quando tomei contato com a proposta de Furtado, espero que ele possa já ser considerado uma resposta ao seu apelo, e que se constitua portanto em uma pequena contribuição para a revisão crítica da Economia Política, no que diz respeito aos países subdesenvolvidos que já alcançaram um certo nível de industrialização.

Chamei ao padrão de acumulação que ocorre nesses países de modelo de subdesenvolvimento industrializado. Caracteriza-se ele pela tentativa de reproduzir na periferia os padrões de consumo do centro, em benefício de uma minoria capitalista e tecnoburocrática. Se a Economia Política ortodoxa não é capaz de fazer frente à realidade dos países centrais, o que dizer dos países subdesenvolvidos? O excedente concentra-se todo na mão de capitalistas e tecnoburocratas. A economia se divide em dois setores capitalistas: um setor capitalista tradicional, competitivo, pouco sofisticado tecnologicamente, e outro setor capitalista moderno, oligopolista, tecnoburocratizado, operando com tecnologia e com técnicas administrativas sofisticadas. Em lugar do velho dualismo, setor pré-capitalista—setor capitalista, com os quais os defensores das teorias modernizantes pretendiam caracterizar o subdesenvolvimento, temos dois setores capitalistas em um novo tipo de dualismo, em que fica clara a relação entre a penetração do capitalismo nos países periféricos e a formação do subdesenvolvimento.

O modelo de subdesenvolvimento industrializado foi por mim desenvolvido a partir da teoria econômica preexistente. Sou especialmente devedor das obras monumentais de Marx, Kalecki e Keynes. Marx, centralizando sua atenção no excedente econômico e nas formas de apropriação e utilização desse excedente, via acumulação e consumo de luxo, continua a fornecer a base do esquema analítico. Seu conceito de mais-valia e o método de conhecimento implícito no materialismo histórico servem de espinha dorsal para qualquer progresso no campo das ciências sociais, desde que sejam considerados sem ortodoxia. A formulação macroeconômica de Kalecki, com a mais precisa definição dos departamentos produtores de bens de consumo dos trabalhadores, bens de consumo de luxo e bens de capital do lado da oferta, e dos salários, ordenados e lucros do lado da procura, foi também uma das bases deste trabalho. Finalmente, a preocupação keynesiana em manter equilibradas a oferta e a demanda agregadas esteve presente em meu espírito durante todo o trabalho analítico, especialmente porque havia um problema fundamental a resolver: como manter sustentada a demanda agregada em um modelo caracteriza-

do pela concentração de renda e pela marginalização da maioria da população dos benefícios do desenvolvimento. A solução encontrada, através da redistribuição intermediária para os tecnoburocratas em ascensão política e social está de acordo com as premissas da macroeconomia keynesiana.

Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

Este livro está dividido em três partes. A primeira examina os problemas políticos e sociais do subdesenvolvimento tendo como quadro de referência a instituição que condiciona basicamente o subdesenvolvimento industrializado: o Estado tecnoburocrático-capitalista dependente. Depois de fazer um resumo do desenvolvimento do Estado nos países capitalistas centrais, a partir das formas de apropriação e utilização do excedente, examino o Estado periférico no período colonial, primário-exportador e da industrialização substitutiva de importações. A partir dos anos cinquenta define-se o Estado do subdesenvolvimento industrializado. Estudo então as formas específicas de apropriação e utilização do excedente, o Estado regulador, planejador e produtor. Termina com uma análise política da ideologia autoritária tecnoburocrático-capitalista.

Na segunda parte faço a análise econômica do subdesenvolvimento industrializado. É a parte central do livro, em que procuro estabelecer as bases macroeconômicas dinâmicas desse modelo de subdesenvolvimento definido pela existência de um setor capitalista competitivo ou tradicional e outro monopolista ou moderno, pela divisão da sociedade em três classes, burguesia, tecnoburocracia e trabalhadores, que recebem respectivamente lucros, ordenados e salários. Na terceira parte analiso as empresas multinacionais, segunda condicionante básica do subdesenvolvimento industrializado.

Ao escrever este trabalho usei como protótipo o sistema econômico e social que conheço melhor: o brasileiro. Entretanto, este livro pretende não se restringir ao Brasil. Procurei no trabalho alcançar um nível de formalização e generalização, que permita incluir todos aqueles países que passaram por um processo de industrialização a partir dos anos trinta ou da Segunda Guerra Mundial, mas continuaram subdesenvolvidos. Tenho boas razões para crer que em muitos países, não apenas da América Latina, mas também da Ásia e da África, os dois condicionamentos comuns — penetração das empresas multinacionais manufatureiras e a formação de Estados tecnoburocrático-capitalistas poderosos, no seio de sociedades capitalistas exportadoras de produtos primários — levaram à constituição de formações sociais e econômicas suficientemente semelhantes para,

com as devidas adaptações, serem englobadas neste padrão perverso de acumulação que é o subdesenvolvimento industrializado.

O tema deste livro é um tipo de desenvolvimento que mantém o subdesenvolvimento. Deve ficar claro, portanto, que não estamos examinando um modelo de estagnação, e só podemos falar em modelo de subdesenvolvimento industrializado na medida em que o desenvolvimento em curso não tende a superar, pelo menos no prazo de nossas vidas, o subdesenvolvimento, a dependência, a desigualdade, a miséria de muitos e a injustiça social.

O conceito de desenvolvimento que utilizo pretende não ser valorativo mas histórico. Partindo da experiência histórica dos países que se desenvolveram anteriormente, entendo o processo de desenvolvimento econômico como um processo persistente de desenvolvimento das forças produtivas, baseado na acumulação de capital e progresso técnico, que se traduz no aumento da renda por habitante e resulta em transformações nas relações de produção e na superestrutura jurídico-institucional e ideológica.

O desenvolvimento é um fenômeno historicamente situado. Surge na Europa, com a Revolução Industrial e a definição do modo de produção capitalista baseado na generalização da mercadoria, no trabalho assalariado, na apropriação do excedente através da mais-valia e sua utilização sistemática na acumulação de capital com incorporação de progresso técnico. A partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas ganha esta dinâmica, baseada na acumulação de capital e no progresso técnico, define-se esse processo histórico e econômico novo que denominamos desenvolvimento.

Ao contrário do que afirmamos em trabalho anterior, não há portanto necessidade de elevação do padrão de vida da população para que haja desenvolvimento (1972, p. 22). Durante largos períodos de tempo o desenvolvimento pode ser concentrador de renda e manter os trabalhadores ao nível de subsistência, como aconteceu com a Inglaterra por mais de um século. Imaginar que o desenvolvimento deve ser por definição uma coisa “boa” é uma ideologia tecnoburocrático-capitalista. O desenvolvimento pode ser justo ou injusto, pode concentrar a renda, manter a taxa de exploração em nível mais ou menos constante, ou distribuir a renda.

Podemos estabelecer tipologias de desenvolvimento de acordo com vários critérios. Um deles seria o histórico. De acordo com esse critério temos, em primeiro lugar, as Revoluções Industriais Originais, que dão lugar ao capitalismo competitivo; é o caso da Inglaterra, da Bélgica, da França e, já como modelo de transição, é o caso dos Estados Unidos. Em segundo lugar temos as Revoluções Industriais Tardias, ainda dos países capitalistas centrais, nas quais o Estado já tem um papel primordial exer-

cido diretamente e através de conglomerados financeiros; é o caso da Alemanha, do Japão e da Rússia. Esses dois tipos de desenvolvimento tendem a confundir-se no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, podendo receber o nome de Desenvolvimento Capitalista Central. Enquanto o capitalismo americano e inglês constituía grandes empresas e organizava seu mercado em forma oligopolista, com algumas tendências para a conglomeração, a Alemanha e o Japão mantinham seus grandes conglomerados financeiros e ao mesmo tempo organizava seus mercados em forma de oligopólio. Estes dois padrões distintos tornam-se mais claros quando lembramos que conglomerado é a unificação sob mesmo comando financeiro de empresas de setores diferentes, que não concorrem entre si; e que oligopólio é um mercado em que há poucas empresas operando no mesmo mercado, constituindo-se o cartel quando entram em acordo de preços. Em terceiro lugar, temos o Desenvolvimento Tecnoburocrático ou Estatal que caracteriza as economias planificadas a partir da revolução soviética. Finalmente, em quarto lugar, voltando ao campo capitalista, temos as Revoluções Industriais Dependentes ou Periféricas, que ganham vigor na orla do sistema capitalista a partir da crise dos anos trinta ou da Segunda Guerra Mundial. Esse Desenvolvimento Periférico inicia-se em geral através de um processo de industrialização via substituição de importações, para em seguida ajustar-se ao que estamos chamando de modelo de subdesenvolvimento industrializado.

O Desenvolvimento Periférico do subdesenvolvimento industrializado contrasta com o Desenvolvimento Central em um aspecto importante. Trata-se de um desenvolvimento que, além de concentrador de renda, não tende a integrar a sociedade mas mantê-la dual. Na medida em que se procura reproduzir na periferia os padrões de consumo do centro, através da importação indiscriminada de tecnologia de processo e de produto dos países centrais, esse desenvolvimento é excludente. Enquanto o capitalismo inglês da primeira metade do século passado explorava mas não excluía, não marginalizava os trabalhadores, pelo contrário, integrava-os à força, o subdesenvolvimento industrializado é excludente, marginalizador. Por isso, embora haja desenvolvimento das forças produtivas, acumulação de capital e progresso técnico persistentes, talvez fosse mais correto chamar a esse processo de crescimento de Modernização e não de Desenvolvimento. Ou pelo menos chamar a esse fenômeno histórico de Desenvolvimento Periférico e Modernizante, para distingui-lo bem não apenas do Desenvolvimento Central mas também de outro tipo de desenvolvimento, como o chinês, no qual, abstraídos os problemas políticos relacionados com a falta de liberdade, não ocorre o processo de exclusão e marginalização econômica e nem mesmo o de concentração de renda.

Nosso tema, portanto, é o de um modelo de desenvolvimento modernizante e perverso. É um modelo baseado na dependência econômica no seio de uma sociedade de classes. As classes dominantes têm como seu instrumento um Estado Tecnoburocrático-capitalista poderoso. A dependência expressa-se através da presença das empresas multinacionais e da subordinação financeira ao capitalismo internacional.

Subdesenvolvimento e Dependência

A perspectiva por mim adotada neste livro sobre o subdesenvolvimento pode ser enquadrada na teoria da dependência em oposição à teoria do imperialismo espoliativo e à teoria da modernização.

A teoria da modernização define o desenvolvimento como o processo de passagem das sociedades da etapa tradicional para a moderna. A sociedade tradicional ou pré-capitalista é a sociedade subdesenvolvida. O desenvolvimento será alcançado através do progresso técnico, da acumulação de capital e principalmente através da adoção de valores modernos, racionais, capitalistas ou tecnoburocráticos — ou seja, através da valorização do indivíduo com capacidade empresarial, do trabalho, da poupança, da produtividade, do lucro (valores capitalistas), da eficiência organizacional, do planejamento, da administração profissional (valores tecnoburocráticos). Em última análise, o subdesenvolvimento é definido como sendo a falta de modernização. Um país é subdesenvolvido porque não é suficientemente capitalista ou tecnoburocrático.

Esta perspectiva é geralmente adotada por economistas e sociólogos funcionalistas dos países centrais. Seu caráter ideológico é óbvio. O desenvolvimento é identificado com os padrões econômicos e ideológicos das formações capitalistas centrais, nos quais traços do modo de produção estatal ou tecnoburocrático já são significativos. Sua visão idealista da história é também clara, na medida em que se privilegiam os valores em detrimento da forte acumulação de capital, das lutas de classe e do processo de transformação estrutural da sociedade, que acompanha o desenvolvimento.

A perspectiva imperialista-espoliativa coloca-se à primeira vista no extremo oposto. Verificaremos, no entanto, que possui alguns pontos de contato metodológicos extremamente íntimos com as teorias da modernização.

Segundo a teoria do imperialismo espoliativo, o subdesenvolvimento é causado pela exploração capitalista dos países periféricos. É o imperialismo que, através da transferência do excedente econômico produzido

nos países periféricos para os países centrais, mantém a periferia subdesenvolvida. Esta transferência do excedente realiza-se sob várias formas: através do emprego direto da força, através da troca desigual, com o rebaixamento artificial dos preços dos produtos primários, através de juros elevados nos empréstimos internacionais, através das remessas abertas e disfarçadas de lucros por parte das empresas multinacionais. Esta exploração se processa com o acordo e a participação das classes dominantes locais, particularmente da oligarquia agrário-mercantil que domina os países subdesenvolvidos no período primário-exportador. Através dessa aliança, impede-se a industrialização e o desenvolvimento dos países periféricos.

Embora a posição que adoto esteja mais próxima desta última do que da primeira, é essencial estabelecer a distinção. A teoria da dependência encontra-se desenvolvida de forma implícita na obra de Celso Furtado e de forma mais explícita na de Fernando Henrique Cardoso. Este, ao distinguir o velho do novo imperialismo (ver a última parte deste livro), deu um passo fundamental para a compreensão do problema do subdesenvolvimento. Sua contribuição, entretanto, é decisiva para compreendermos o subdesenvolvimento industrializado — a etapa em que os países subdesenvolvidos já alcançaram um certo grau de industrialização e agora se encontram sob a dependência de empresas multinacionais manufatureiras industrializantes associadas à burguesia industrial local. Para a análise do velho imperialismo do modelo primário-exportador, entretanto, ainda não surgiu uma análise inovadora. Ficamos, assim, sem uma visão global do problema do subdesenvolvimento.

O tema deste livro não é o subdesenvolvimento do período primário-exportador. Entretanto, é então que se forma o subdesenvolvimento, e uma visão geral do problema é essencial. Esta visão poderia ser chamada de uma teoria dialética da dependência.

Esta teoria, da qual pretendemos sugerir aqui apenas os lineamentos básicos, deve começar por uma crítica da teoria da modernização e da teoria do imperialismo espoliativo. Embora opostos no conteúdo, na medida em que em uma o subdesenvolvimento é causado pela falta do capitalismo e na outra pela intervenção capitalista nos países periféricos, estas duas teorias têm um aspecto metodológico, comum, que é essencial. Ambas são teorias lineares da história. Ambas estão amarradas a uma visão lógico-formal do mundo, segundo a qual a missão da ciência é estabelecer relações lineares entre efeitos e suas causas.

Ora, mesmo no velho imperialismo esta visão linear de subdesenvolvimento não pode ser aceita. O movimento da história não é linear mas

dialético. Não há dúvida de que o imperialismo é espoliativo e causa subdesenvolvimento na medida em que extrai excedentes dos países periféricos, na medida em que dificulta seu processo de industrialização. A penetração do imperialismo nos países periféricos é portanto uma causa essencial de subdesenvolvimento. Mas não há dúvida também de que esses países, antes da penetração do capitalismo, eram sociedades tradicionais. É a possibilidade de participar do comércio internacional, ainda que via o modelo primário-exportador, que vai permitir a esses países formar uma burguesia local e iniciar um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico, ou seja, de desenvolvimento econômico.

As relações entre o imperialismo e a industrialização são, portanto, contraditórias. Não é certo que o imperialismo e o decorrente modelo primário-exportador que ele condiciona sejam apenas um obstáculo à industrialização. O imperialismo é ao mesmo tempo um empecilho e uma condição para a industrialização dos países periféricos. Em toda análise de Celso Furtado das origens da industrialização brasileira e sua relação com o café, por exemplo, está implícito este caráter contraditório. E no notável trabalho de Sérgio Silva sobre o mesmo problema esta contradição é explicitada, ao afirmar: “Na verdade, ao examinarmos os diferentes aspectos da questão concluímos que as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam ao mesmo tempo em unidade e contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento de um certo desenvolvimento da indústria, a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital” (1976, p. 103). O subdesenvolvimento primário-exportador é fruto dessa contradição entre o desenvolvimento — a acumulação de capital, a imitação dos padrões de consumo e, mais lentamente, a incorporação de padrões tecnológicos do centro, na periferia — e a exploração que acompanham o imperialismo.

Mas há uma outra posição comum entre a teoria da modernização e a teoria do imperialismo espoliativo, além do caráter linear de ambas. Refiro-me à idéia implícita nas duas teorias de que o subdesenvolvimento é um estado de estagnação. A sociedade tradicional tanto quanto a sociedade espoliada seriam quase que por definição estagnadas.

Ora, o subdesenvolvimento não é um estado de estagnação, mas um processo dinâmico. É um processo de crescimento da renda por habitante, de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico, sob o

impacto do imperialismo. O subdesenvolvimento é portanto um processo particular de desenvolvimento. Só poderemos negar este fato, se pretendermos dar ao desenvolvimento uma conceituação valorativa ao invés de histórica.

O subdesenvolvimento é, entretanto, um processo de desenvolvimento dependente. E aqui está sua característica específica. Processo de subdesenvolvimento dependente que pode também ser chamado de processo de "modernização", desde que agora atribuamos a esta expressão um sentido particular. Modernização é o desenvolvimento dependente. É aquele processo histórico no qual estão presentes as características do desenvolvimento dos países centrais: elevação persistente da renda por habitante causada por sistemática acumulação de capital e incorporação de progresso técnico, e acompanhada de transformações estruturais nas relações de produção e na superestrutura jurídico-institucional e ideológica da sociedade. Mas estão também presentes na modernização as características de desenvolvimento dependente: reprodução dos padrões de consumo do centro apenas para a minoria dominante no país periférico, com a necessária exclusão dos trabalhadores. A minoria dominante divide o excedente em proposições variadas com o sistema imperialista. Como o excedente disponível é relativamente pequeno, dado o baixo nível do estoque de capital existente, e a classe dominante pretende manter os mesmos padrões de consumo das classes dominantes nos países centrais, a modernização é fortemente excludente. E assim, através da dependência ou da modernização, se implanta e se consolida o subdesenvolvimento.

O caráter dialético ou contraditório da dependência, ou seja, das relações entre o imperialismo e o país periférico, torna-se assim mais claro. Mesmo no velho imperialismo, e mais claramente no novo imperialismo das empresas multinacionais, a penetração do capitalismo nos países periféricos é ao mesmo tempo fator de desenvolvimento e de subdesenvolvimento. Em última análise, o subdesenvolvimento é o resultado da aliança entre as elites dos países capitalistas centrais e as oligarquias dos países periféricos, onde geralmente existe abundância de mão-de-obra que pode ser mantida barata em termos quase permanentes. É, entretanto, um processo dinâmico, através do qual se instalam nos países subdesenvolvidos pólos sociais (e não geográficos) modernos, desenvolvidos, constituídos pelas classes dominantes.